



# INFORME DO PLANTÃO SEMANAL DA DN DO **SINASEFE**



Material redigido pelos diretores que estão em plantão em Brasília-DF para contato direto com as seções sindicais

**Nº 04 | Brasília-DF, 20/08/2017**

## **INTENSIFICAÇÃO DE PERSEGUIÇÕES E CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS**

O plantão dessa semana (14 a 20), foi marcado mais uma vez por intensas perseguições ao conjunto dos trabalhadores/as, com ataques localizados a servidores do IFC – Instituto Federal Catarinense e mais amplamente à toda categoria representada pelo SINASEFE.

Os pacotes de “maldades” não cessam, as recentes medidas apresentadas pelo Ministério do Planejamento (15/08), apresentou medidas duras para o funcionalismo, denominadas de “medidas para modernização da gestão de pessoas”, que afetará drasticamente a progressão salarial das carreiras. O salário inicial terá redução considerável, com os rendimentos aumentando gradativamente durante o período trabalhado. Entre as previsões estão: 1. aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%; 2. postergação por um ano dos reajustes concedidos aos servidores; 3. teto para os novos ingressantes no Serviço Público; 4. Extinção de 60 mil cargos; 5. redução de gastos com auxílio-moradia e ajuda de custo, sem falar no PDV,

licença sem remuneração, redução da jornada com redução da remuneração. Só nossa mobilização e de toda sociedade poderá conter os ataques dirigidos à toda sociedade que terá menos pessoas para atendê-los, serviços precarizados e menos investimentos na Educação, Saúde, Segurança e Previdência. Ainda que tardia, a nossa próxima 151ª Plena representa a possibilidade de nos armarmos para as lutas, sobretudo, a construção de uma Grande Greve Geral e mobilizações/paralisações em todo o país. Mais que isso, há necessidade imperiosa de nos mobilizarmos em cada Estado em unidade com os demais trabalhadores/as públicos das esferas estaduais, municipais e federais, bem como, trabalhadores/as do setor privado. Só a luta muda a nossa vida!

No Senado, organizada pelo Senador Paulo Paim, a CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa possibilitaram a participação do SINASEFE

em duas audiências públicas que trataram da situação financeira das Universidades UNILAB e UNILA) e Institutos Federais no dia 15/08/2017, nessa ocasião o SINASEFE denunciou o acirramento de perseguição aos dirigentes sindicais e demais servidores nos Institutos do IFBA, IFBAIANO, IFSC, IFC, IFAL e Colégio Pedro II. A Comissão de Direitos Humanos aprovou moção de apoio e solidariedade aos servidores.

Já em 17/08/17 a Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado debateu as Perdas Históricas da Classe Trabalhadora com as Reformas da Previdência (PEC 287/17) e Trabalhista (já aprovada sancionada). A Coordenadora Geral Cátia Farago esteve representando o SINASEFE. A exposição apresentada buscou destacar o tripé de princípios/luta, que há mais de 28 anos de luta e resistência o SINASEFE tem pautado: Data-base/Política salarial; Carreira e Previdência/Aposentadoria. Esse tripé atende a todas as necessidades básicas que um trabalhador/a tem durante



**O conteúdo deste Informe é de responsabilidade dos diretores plantonistas que assinam o mesmo. Envie dúvidas e sugestões para: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br). Mais informações em nosso website. Acesse em: [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br).**



# INFORME DO PLANTÃO SEMANAL DA DN DO **SINASEFE**



**Material redigido pelos diretores que estão em plantão em Brasília-DF para contato direto com as seções sindicais**

sua vida profissional, quando vende sua força de trabalho para viver, e tem necessidades que precisam ser mantidas após o período em que se dedica a manutenção das suas funções e que precisam ser mantidas posteriormente. Destacamos que os servidores técnico-administrativos e Docentes sofreram ao longo dos últimos governos alterações prejudiciais as suas carreiras e que em especial a partir de 2008, com a edição da Lei 11.784 que reestrutura o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, distorções e pulverizações afetam os servidores que inclusive passam a ser localizados em carreiras que são extintas, como o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE, instituído pelo Decreto nº 94.664 de 23 de junho de 1987, em atendimento a dispositivos da Lei nº 7.596 de 10 de abril do mesmo ano. Nessa carreira o docente por exemplo, que integrava os antigos 1º e 2º graus, passam a ter tratamento salarial congelado e sem os direitos do EBTT, o que tem repercutido em salários, proventos e pensões diferenciadas dentro de uma mesma categoria, causando prejuízos aos servidores. Exemplificamos com os casos de professores que estão

nesta carreira com 30/35 anos de contribuições, doutores e recebendo menos que dois mil reais na rede federal de educação. O que temos assistido é o maior ataque a classe trabalhadora já visto em toda a nossa história. O Golpe Parlamentar-Jurídico\_Empresarial e Midiático ocorrido no ano passado (2016) tinha única e exclusivamente a intenção de retirar a presidenta democraticamente eleita, para aprovar um conjunto nefasto de “maldades” expressas nas contrarreformas (terceirização irrestrita, trabalhista, Reforma do ensino Médio, etc) que beneficiam o sistema financeiro, grandes corporações e empresas nacionais e internacionais, passando pelo desmonte do Estado e do serviço público brasileiro com ataques contundentes à Constituição Federal de 1988. E pior, estamos vivendo um momento marcado pela “falsificação do consenso” onde os fundamentos da previdência social edificados histórica e recentemente, a partir da intervenção do Estado, da Solidariedade social, sua universalização e acesso, redistribuição de renda, entre outros, são

abandonados em favor de uma plutocracia. É a disputa pela implementação de um Estado mínimo a serviço exclusivo do capital e a completa perda da busca de efetivação da solidariedade entre as gerações. O “falso consenso” apresentado pelo Governo Federal e pela mídia golpista, alega deficit na previdência social causado por vários motivos, mas tem enfatizado que os privilégios das aposentadorias de servidores públicos seriam em grande parte os responsáveis pelo rombo do sistema previdenciário. Só para ilustrar, o Estadão traz a seguinte matéria: Reforma da Previdência: “Precisamos cortar privilégios de servidores inativos” (23/04), em outra manchete, do mesmo veículo, Reforma da Previdência não põe fim a privilégios de algumas categorias, avaliam economistas” (17/04), os professores são listados ao lado dos políticos. Sabemos que a classe política brasileira recebem os vencimentos mais altos do mundo quando docentes e técnico-administrativos em educação os menores salários do Poder Executivo. Sabemos também que desde a Emenda Constitucional 41 de 2003 (Governo Lula) houve a extinção do regime de paridade e integralidade, bem



**O conteúdo deste Informe é de responsabilidade dos diretores plantonistas que assinam o mesmo. Envie dúvidas e sugestões para: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br). Mais informações em nosso website. Acesse em: [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br).**



# INFORME DO PLANTÃO SEMANAL DA DN DO **SINASEFE**



Material redigido pelos diretores que estão em plantão em Brasília-DF para contato direto com as seções sindicais

como a vinculação de todas as aposentadorias e pensões ao teto limite do Regime Geral Previdência Social – INSS, além da implantação do nefasto FUNPRESP (Lei 12.618/12), – entidade privada que com o consentimento do governo federal vem expropriando os trabalhadores/ras do serviço público federal. Na ânsia de se locupletar às custas dos Trabalhadores/ras os DGP's encaminhavam como obrigatória a adesão ao FUNPRESP em evidente prejuízo ao trabalhador/ra. O SINASEFE já orientou e orienta os servidores que essa adesão é inconstitucional e deve ser questionada pela assessoria jurídica local da Seção em caso de desconto não autorizado ao servidor. O SINASEFE já orientou e orienta aos servidores que não apostem no Fundo Privado haja visto se tratar de adesão de risco. Precisamos através de nossa organização buscar a revogação da “Reforma da Previdência do Mensalão” e outras alternativas para o futuro. O SINASEFE também já orientou e orienta que [tod@s](mailto:tod@s) os servidores egressos de outro ente federado tem o direito de realizar a opção do §16 do artigo 40 da Constituição Federal, a qualquer tempo. Pelo exposto, está mais do que comprovado que o servidor público desde a

Emenda 41/2003 igualou a previdência destes servidores à previdência RGPS limitada ao teto do INSS, hoje R\$5.531,31. Denunciamos o desrespeito deste governo golpista com os aposentados docentes da rede federal que encontram-se impedidos de usufruir seu direito ao RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências, posto que a Nota Técnica nº. 103/2015/CGAA/CONJUR-MEC/CGU/AGU indefere o pleito dos aposentados e pensionistas que entraram para a inatividade, o que por si só, não exclui o servidor público da carreira a que pertence. Desde julho de 2016 o SINASEFE protocolou o pedido de revisão desta Nota Técnica e tem reiterado o mesmo sem qualquer resposta do governo golpista. O SINASEFE compreende que não é justo preterir aqueles que dedicaram seus esforços, ao longo dos anos, em tornar a Administração Pública cada vez mais qualificada exatamente no momento em que deixam de integrar o quadro de servidores ativos, apenas pelo fato de não mais despendermos suas energias em prol do Poder Público. Denunciamos e seguimos na luta, judicialmente a



concessão aos aposentados e pensionistas está fundamentado no estatuto da paridade e na inexistência de afronta ao princípio da legalidade. [Tod@s](mailto:tod@s) na luta em defesa da Previdência Social e Pública, pela paridade e integralidade Já!

Ao final, essa coordenadora realizou a denúncia de perseguição política a servidores do Instituto Federal Catarinense a dirigentes sindicais – Ricardo Velho e Maicon Fontanive, bem como a criminalização dos movimentos sociais e sindicais. Querem nos retirar também nosso direito de manifestação, e o direito de lutar pelos direitos, não nos acovardaremos. SINASEFE luta e resiste!

Na manhã e tarde de 16/08/17 ocorreu a reunião da Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita – CONEDEP, para organizar o III ENE, estiveram presentes: Andes, CSP-Conlutas, Fasubra,



**O conteúdo deste Informe é de responsabilidade dos diretores plantonistas que assinam o mesmo. Envie dúvidas e sugestões para: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br). Mais informações em nosso website. Acesse em: [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br).**



# INFORME DO PLANTÃO SEMANAL DA DN DO **SINASEFE**



**Material redigido pelos diretores que estão em plantão em Brasília-DF para contato direto com as seções sindicais**

Sinasefe, movimentos estudantis (FENET, oposição de esquerda da UNE, JUNTOS, RUA) entre outras. A pauta se concentrou na proposta apresentada de atualização do diagnóstico da educação brasileira a partir de um roteiro proposto pelo Andes, fruto da discussão da reunião anterior. Foi apresentado algumas considerações sobre o Fórum Nacional Popular de Educação que se desvinculou do MEC/Fórum Nacional de Educação e apresentados alguns argumentos entre as entidades que participam e as que não participam. o Andes propôs que o III ENE avance na discussão da Educação Inclusiva, além disso, informou que haviam sido convidados a participarem da discussão do BNCC pelo Mec nas “falsas audiências públicas” com intuito de que esta entidade legitimasse esse processo que se sabe arbitrário e sem qualquer diálogo com o setor de Educação. O III ENE tem a proposta de se contrapor as concepções de educação que se encontram expressas no BNCC, no Fórum Nacional de Educação/MEC e no FONAPE/Conferência Nacional Popular de Educação. Os dois primeiros porque são fruto de imposições do governo golpista e há muito se distanciaram da concepção de educação classista, o último

por fazer defesa do PNE construído no governo PT com todas as fragilidades já conhecidas. O SINASEFE ficou com a tarefa junto com a FENET de construir os indicadores referente à Educação Profissional tendo até o mês de novembro/17 para encaminhar o roteiro com os dados. Também teremos 15 dias após a divulgação do relatório dessa reunião para indicar os nomes dos interessados a participarem dos GT's que incluem os níveis de Educação Infantil, Educação Básica, Ensino Médio, Ensino profissional, Ensino Superior, Educação Especial e são perpassadas por questões como população do país; taxas de aprovação; situação e índices de creches, escolas do campo ou urbanas; faculdades, escolas, universidades, institutos, Cefet; investimentos na educação pública; taxa de frequência a escola por idade; pessoas com deficiências/limitações formas/sistemas de avaliação da educação; qualificação dos profissionais, entre outros. Foi definido ainda que os encontros de preparação para o III ENE deve acontecer no primeiro semestre de 2018 e o encontro no segundo

semestre, além de aspectos iniciais sobre a organização da comunicação do III ENE, incluindo a disponibilização destes profissionais pelas entidades que puderem/tiverem os mesmos para cobertura. A próxima reunião terá caráter extraordinário e ocorrerá em 23/09 em São Paulo na sede da CSP-Conlutas. Todas as seções e filiados, e/ou servidores podem participar desta organização via GT's que estão sendo construídos, custeados por suas Seções Sindicais.

Ainda ao final deste plantão esta coordenadora – Cátia Farago, participou do XI Encontro dos Servidores Civis das Instituições Militares – ESCIME que iniciou dia 18/08 que além da conjuntura fomentou o debate sobre a Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular e o Escola Sem Partido, o encontro reforça a necessidade do debate desta base do SINASEFE, apresenta as angústias e agruras que estes servidores vivenciam dentro das Instituições vinculadas ao Ministério da Defesa e nos impulsiona a luta por melhores condições de trabalho, reforçando o compromisso de nossa entidade na defesa e na concretização da transposição



**O conteúdo deste Informe é de responsabilidade dos diretores plantonistas que assinam o mesmo. Envie dúvidas e sugestões para: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br). Mais informações em nosso website. Acesse em: [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br).**



# INFORME DO PLANTÃO SEMANAL DA DN DO **SINASEFE**



**Material redigido pelos diretores que estão em plantão em Brasília-DF para contato direto com as seções sindicais**

do PGPE/PUCRCE para EBTT e PCCTAE.



Entre os encaminhamentos que esta plantonista anotou, e receberam uma leitura preliminar e não definitiva dos companheiros Luciano (CMRJ) e Flávio (CMR), e que serão apresentados na 151ª Plena, após a estruturação e verificação dos mesmos pela Comissão Organizadora e Seções participantes, destaco sobretudo as que acompanhei com o intuito de fomentar a discussão na base, muni-la e informá-la: 1. a participação mais efetiva das instituições vinculadas ao ministério da Defesa nos Fóruns do Sinasefe; 2. Que a Direção Nacional e/ou uma Comissão efetive visitas às Instituições vinculadas ao Ministério da Defesa para promover sindicalização dos companheiros/as (com custas também, se necessário, pelas próprias Seções que já possuem estes companheiros em sua base); 3. que a Direção nacional assumira o compromisso formal e institucional de efetivar reunião entre Comando da aeronáutica com representantes das seções sindicais ligadas ao Sinasefe e às Instituições vinculadas ao

ministério da Defesa para discutir a situação das unidades de ensino no processo de reestruturação da Força Aérea; 4. deliberação para que o XII Escime ocorra no Recife em 2018; 5. que o Sinasefe garanta no quantitativo dos membros da CNS representação das Instituições vinculadas ao Ministério da Defesa; 6. que o Sinasefe garanta a presença de representatividade das instituições vinculadas ao Ministério da Defesa nas mesas de negociação quando houver pauta do interesse deste segmento; 7. foram escolhidos representantes das instituições vinculadas ao Ministério da Defesa para participar da reunião com o Ministério da Defesa (Profª Rosa Mª dos Santos, do Colégio Naval – Seção CMRJ; Profª. Valéria do Colégio Militar de Brasília – Seção Brasília; Profº. Aluisio do Colégio Militar do Recife – Seção CMR, e como suplente, Profº. Marcelo de Oliveira Assunção, da Fundação Osório – Seção CMRJ), mais os diretores da DN: Arioivan, Flávio e Guaraci; 8. Concurso Público para técnico-administrativo e Docentes nas Instituições vinculadas ao Ministério da

Defesa; 9. Instalação das CPPD's nos Colégios Militares, vinculados ao ministério da Defesa; 10. Criação de um Prêmio Cultural, ou algo semelhante com diversas categorias: aberto ao público em geral, discentes e docentes, com o objetivo de reconhecer e valorizar a produção cultural e artística da comunidade, por meio da realização de exposição, edição de livros, CD's, etc. O prêmio teria a função de divulgar e fortalecer a identidade do Sinasefe diante da sociedade; 11. Aprovadas as Moções de Repúdio ao comando do Colégio Militar do Recife por perseguições e retaliações aos Dirigentes Sindicais;



12. Aprovada Moção de Apoio e Solidariedade aos combativos companheiros Ricardo Velho e Maicon Fontanive pela perseguição política aos servidores e condenação da prática de criminalização dos Movimentos Sociais e Sindicais fundamentadas na ideologia do Escola Sem Partido reiteradas vezes subterfúgio do governo golpista e de seus braços. Os companheiros não estão sozinhos! Gostaria de agradecer publicamente aos



**O conteúdo deste Informe é de responsabilidade dos diretores plantonistas que assinam o mesmo. Envie dúvidas e sugestões para: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br). Mais informações em nosso website. Acesse em: [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br).**



# INFORME DO PLANTÃO SEMANAL DA DN DO **SINASEFE**



**Material redigido pelos diretores que estão em plantão em Brasília-DF para contato direto com as seções sindicais**

organizadores do XI Escime, as companheiras/os: Andrea Tortora, Mauricio Mendes, Marilza Regis, Luciano Nascimento e Rosa Maria da Seção Sindical CMRJ, que com todo carinho e atenção foram **fundamentais** para o sucesso do encontro.

Ainda no dia 18/08 via e-mail o SINASEFE recebeu da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados através de seu presidente, Deputado Paulão (PT), enviou o ofício 524/2017 ao Procurador-Chefe do MPF em Santa Catarina nos seguintes termos: “De acordo com a denúncia, o Ministério Público Federal é autor da ação judicial nº 5005494-35.2017.4.04.7202/SC em que foi deferida a busca e apreensão de computadores e

celulares dos professores Ricardo Scopel Velho e Maicon Fontanive, além da quebra de sigilo das mensagens de e-mail entre estes e a reitora do Instituto Federal, Sônia Regina de Souza Fernandes. A ação estaria sendo movida pelo MPF para apurar a relação entre as atividades do instituto e o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Ainda de acordo com a denúncia, a ação ministerial estaria motivada pelo incômodo de membros do parquet com a concepção de educação voltada para as camadas sociais historicamente excluídas do espaço escolar. Tendo em vista os fatos relatados, bem como o acompanhamento dos seus desdobramentos por este colegiado parlamentar,

solicitamos à Procuradoria da República em Santa Catarina que, no âmbito das suas competências, nos informe sobre a referida ação, seus fundamentos e objetivos”. Socializamos com [tod@s](mailto:tod@s) para demonstrar que nossas ações no sentido de solidarizar-se com os companheiros devem continuar, não podemos deixar de reivindicar que essas perseguições políticas e mesmo a criminalização dos movimentos sociais e sindicais, prevaleçam sobre nós. A luta segue contra essas injustiças!

## **PLANTONISTA DA SEMANA**

**Cátia Farago (Seção IFBAIANO-BA)**



**O conteúdo deste Informe é de responsabilidade dos diretores plantonistas que assinam o mesmo. Envie dúvidas e sugestões para: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br). Mais informações em nosso website. Acesse em: [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br).**